

**Projeto de Resolução da
Mesa Nacional do Bloco de Esquerda**
19 de novembro de 2022

A maioria absoluta do PS revela-se no orçamento do empobrecimento e do aumento de desigualdades, no enfraquecimento do Estado Social, na tentativa de limitação de direitos constitucionais e na crise de credibilidade do próprio governo.

O Bloco afirma a alternativa de esquerda na resposta às crises do nosso tempo, na proposta orçamental como na atualização e alargamento dos direitos constitucionais e na exigência de justiça climática.

Orçamento de redução salarial e empobrecimento

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda analisou na sua reunião de setembro o pacote de resposta à crise anunciado pelo governo. Como então afirmamos, esse pacote deixou claro que o governo vê o surto inflacionista como oportunidade para um ajustamento restritivo dos rendimentos do trabalho e não como um processo marcado pela especulação e que representa um grave risco económico, social e orçamental. O “apoio” mais importante constante daquele pacote consistia na redução permanente do valor real das pensões em pagamento. A compreensão popular dessa política, a par da estagnação do valor real do salário mínimo, da dimensão cosmética da redução do IVA da energia e das medidas de mitigação dos aumentos da fatura energética, retirou efeito político aos diminutos apoios pontuais de 125 euros e por filho. António Costa viu-se obrigado a novas movimentações.

O debate orçamental foi o palco dessas movimentações. O governo alardeou então um conjunto de intenções que, na verdade, optou por excluir da lei orçamental (e nem os deputados do PS as propuseram na especialidade). Foram anunciadas medidas de contenção do aumento dos juros dos créditos à habitação ao fim dos vistos gold. O objetivo deste jogo foi dissimular a realidade da proposta de OE: cortes reais de salário na Função Pública e uma borla fiscal às grandes empresas sem muito precedente em Portugal (o levantamento de qualquer prazo-limite para a dedução de prejuízos em sede de IRC).

Esta operação de dissimulação incluiu ainda a celebração de dois acordos que a UGT, uma vez mais, assinou. Em primeiro lugar, o chamado “acordo de rendimentos” com os patrões, que aponta para perdas salariais de 5,1% no setor privado. Este acordo nada tem que vincule a parte patronal (algumas das maiores empresas já vieram descomprometer-se com tal aumento) e, mesmo na remota hipótese da sua aplicação, estes aumentos não evitariam a perda real de poder de compra. Em segundo lugar, o acordo para a Função Pública, assinado com os sindicatos não afetos à Frente Comum / CGTP, prevê aumentos nominais que não compensam sequer metade do efeito acumulado da inflação em 2022 e 2023. As medidas gerais de valorização do salário representam uma atualização dos salários entre 2 e 8%, perfazendo uma média de 3,9%. Este aumento fica abaixo da inflação prevista pelo governo: 4% para 2023 e 7,4% para 2022. Note-se que a inflação homóloga em outubro foi de 10,1%.

O Orçamento do Estado para 2023 apresentado pelo maioria absoluta do PS não garante mínimos redistributivos e vai agravar os já elevados níveis de pobreza e desigualdades sociais. Impõe cortes reais nas pensões e nos salários no setor público, induzindo a perda também no setor privado. Não controla os preços dos bens essenciais nem promove o investimento público e agrava a crise na habitação, saúde e educação.

Assim, a manutenção da proposta do governo, pela natureza do que esta contém e pela recusa de medidas de correção do empobrecimento da população e da concentração da riqueza nos grandes grupos económicos, levará o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda ao voto contra o Orçamento do Estado para 2023.

A Mesa Nacional regista e saúda o crescente movimento de protesto que trabalhadores a este orçamento, de que a greve da função pública de 18 de novembro é exemplo. A oposição do Bloco a este Orçamento do Estado é acompanhada pela iniciativa e apoio às mobilizações populares contra o empobrecimento.

A Revisão da desforra

A decisão do PS de acompanhar com proposta própria o processo de revisão constitucional aberto pelo Chega, oferece centralidade no processo de revisão ordinária da constituição a um número de propaganda que poderia

ser encerrado em poucas semanas, tal como aconteceu na passada legislatura. Nada obrigava o Parlamento a este calendário, uma vez que se poderia encerrar este processo e abrir outro ainda nesta sessão legislativa. António Costa repete que o Chega não passará, mas não perde uma oportunidade para proporcionar palco à extrema-direita.

O que o PS pretende negociar com o PSD, para obter a necessária maioria parlamentar de dois terços, resume-se no essencial a possibilitar o acesso dos serviços de informações, com controlo judicial, aos metadados das operadoras de comunicações e, por outro lado, a autorizar confinamentos ou internamentos compulsivos de pessoas por decisão de autoridade de Saúde, sem decisão judicial prévia, em casos de doenças contagiosas. Trata-se simplesmente de dar cobertura na Constituição a medidas do governo PS que tinham sido chumbadas pelo Tribunal Constitucional. No caso dos metadados, não está em causa o acesso policial a metadados na investigação criminal comum. E, no combate ao terrorismo, a PJ já tem os meios que se agora requerem para as secretas. Simplesmente, as secretas reportam ao primeiro-ministro. No caso da Saúde, nem sequer se prevê a existência de uma epidemia que configure um estado de necessidade, como aconteceu com a Covid 19, para a imposição de confinamento sem decisão judicial. O que se prevê - e deve ser rejeitado - nesta revisão constitucional, é que a privação da liberdade possa ser decidida por um médico sendo o cidadão obrigado a recorrer, sem efeito suspensivo, para exame judicial. Curiosamente, nem se trata de constitucionalizar o estado de calamidade que procurou apresentar como equivalente ao estado de emergência. De facto, sem vantagem para os cidadãos, o PS procura uma desforra de decisões do Tribunal Constitucional.

A direita, em conjunto, quer a privatização parcial da saúde e da educação públicas, em nome da complementaridade e do negócio. O PSD quer Forças Armadas a intervir no solo nacional a pretexto do terrorismo. A IL quer proibir o défice orçamental. O Chega quer pena de prisão perpétua e castração química. Com este quadro, é difícil pensar que alguma medida progressista possa obter o acordo do PSD, venha do projeto do PS (como o direito à alimentação) ou dos de outros partidos. Como homenagem à hipocrisia, a piada da Revisão está na sugestão do PS de eliminar a precariedade laboral.

O Bloco - e só Bloco - defende o voto dos imigrantes estrangeiros para o parlamento e as autarquias e a criação de um serviço nacional de cuidados.

Como outros partidos, o Bloco propõe o voto aos 16 anos, a neutralidade carbónica, o estatuto dos refugiados climáticos, acesso à água e energia sem condicionante económica, a gratuidade de todos os graus de ensino, a eliminação do referendo para a regionalização, o reforço da autonomia regional, a garantia de contratos coletivos de trabalho, o fim do trabalho precário, alargamento do princípio da igualdade contra todas as discriminações, novos direitos na deficiência, defesa da natureza, bem-estar animal, entre outras propostas.

A interrogação que pende sobre esta Revisão constitucional é sobre que cedências fará o PS à direita para obter, com a benção de Marcelo, a capacidade de impor limitação de direitos que nem o Tribunal Constitucional possa travar.

Terminou a credibilidade das COP, é a hora da mobilização dos povos

As cimeiras da ONU sobre alterações climáticas, mais que ocasiões de avaliação de compromissos e de avanço em políticas à medida da catástrofe climática, são momentos de constatação de fracasso, em que os apelos sempre mais desesperados do IPCC e de António Guterres ressoam no vazio do incumprimento das metas mínimas.

A cada ano que passa, diminui a credibilidade deste processo. E isso não é apenas fruto do perfil destas cimeiras, patrocinadas por poluidores, infestadas de lobistas e em cenários de repressão brutal, como o Egito do general al-Sissi (60 mil presos políticos). O atual contexto de confronto geoestratégico e crise energética, com o aumento dos lucros dos setores fósseis, traduz-se no adiamento da retirada de investimentos nestes setores.

Cada vez mais longínqua fica a meta da cimeira de Paris (aumento máximo da temperatura média em 1,5°C), aliás insuficiente, como resulta evidente das recentes tragédias do Níger e do Paquistão (ocorridas com mais 1,1°C de temperatura média face ao período pré-industrial). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, as atuais políticas (mesmo corrigidas de acordo com as promessas feitas em cimeiras anteriores e não cumpridas) levariam a um aquecimento de 2,4 a 2,6°C. Essa circunstância implica horrores de escala sem precedentes na história humana. A negligência perante este cenário é um crime contra a humanidade.

A única perspetiva de alteração de rumo é oferecida pela mobilização global dos povos, em nome de respostas ao aumento do custo de vida que sejam fatores de justiça climática. Esse movimento deu os seus primeiros passos antes de ser interrompido pela irrupção pandémica, mas está a reemergir em diversas partes do mundo. Na Europa, destacam-se as manifestações da campanha Enough is enough, ligadas ao mundo sindical inglês, e a dinâmica lançada pela esquerda francesa.

Em Portugal, a mobilização de setores estudantis coloca a exigência climática no centro do debate e desmascara a hipocrisia dos discursos oficiais, evidenciando o fracasso das respostas de mercado e a incompatibilidade entre a dinâmica capitalista e a sustentabilidade do planeta. A denúncia, pelos estudantes, do percurso e declarações alinhadas com a indústria extrativista do Ministro Costa e Silva põe a nu as contradições e a hipocrisia também no governo português e é reflexo da exigência de uma alteração radical na política ambiental e ecológica. A escola é lugar dessa mobilização anticapitalista que ganha nova força. A reação dos setores conservadores contra os estudantes, como o pedido da Universidade de Lisboa para intervenção policial contra os ocupantes da FLUL, revela tanto a negação da urgência de ação como um revanchismo contra a escola democrática. Ambos devem ser denunciados e combatidos.

Racismo na polícia: uma solução estrutural para um problema estrutural

Na última semana, um conjunto de reportagens jornalísticas denunciou a prática de crimes de incitamento ao ódio e à violência por parte de centenas de agentes da PSP e GNR. Trata-se de uma denúncia grave, que revela atos que atentam contra os princípios legais e Constitucionais e põem em causa a credibilidade das próprias forças de segurança.

Não é a primeira vez que há relatos de incitamento à violência ou de comentários racistas, xenófobos ou misóginos por parte de elementos das forças de segurança. Diversas organizações nacionais e internacionais denunciam há anos a infiltração da extrema-direita (e do seu discurso racista e violento) nas polícias. O problema é estrutural e deve ser tratado como tal.

A abertura de inquéritos por parte da IGAI e do Ministério Público é uma boa notícia. Mas, hoje como nos últimos anos, nada mudará sem uma intervenção estrutural que comece pelo afastamento de qualquer elemento policial que

tenha praticado crimes de incitamento ao ódio e à violência, por alterações profundas no recrutamento, formação, acompanhamento, fiscalização e organização das forças de segurança. O Bloco de Esquerda solidariza-se com as vítimas destas ofensas e com todas as vítimas de violência física ou verbal por parte de membros das forças de segurança. E, ao fazê-lo, reafirma o seu compromisso com o combate ao racismo estrutural e com o respeito pelos direitos humanos.

Catar, o Mundial da vergonha

Começa amanhã o Mundial de futebol. A escolha do Catar para a realização do campeonato é a imagem perfeita do negócio em que se transformou este desporto: envolto num mar de escândalos e corrupção, a sua realização foi assegurada à custa de milhares de vidas humanas e violações dos direitos humanos. Entre 6.500 e 15.000 trabalhadores perderam a vida na construção das mega-infraestruturas, pelo menos 100.000 trabalhadores foram sujeitos a exploração laboral (dados da Amnistia Internacional), com jornadas de trabalho de 14 a 18 para um salário de 264 euros.

Este Mundial, anunciado como o primeiro a assegurar a neutralidade carbónica, tem estádios que vão ter ar condicionado e haverá diariamente 150 voos para transportar os adeptos. Perante isto, deve ser denunciado também como o Mundial do “greenwashing” e da injustiça climática.

Ao mesmo tempo, este Mundial aparece como elemento de legitimação de um regime “petromonarca”, que comanda os destinos de um país em que apenas 300 mil pessoas têm direito à cidadania e a esmagadora maioria da população é constituída por trabalhadores migrantes sujeitos à dependência absoluta do seu empregador. O trabalho forçado, a discriminação e violência contra as mulheres, a perseguição e prisão de pessoas em função da sua orientação sexual, a censura e absolutismo são violações grosseiras da liberdade e dos mais elementares direitos. E não são, por isso, compatíveis com os valores fundamentais do desporto e do futebol.

O Bloco de Esquerda denuncia o silêncio perante um regime que maltrata as mulheres e desrespeita os mais básicos direitos. Assim, condena as reiteradas violações dos direitos humanos e considera que a Assembleia da República, o Governo e o Presidente da República não devem estar presentes no Catar.

LGBTQ+: um fórum para mil marchas

Em 2022, houve mais de vinte marchas LGBTQ+ em Portugal. Às marchas de Lisboa e do Porto, com uma história mais antiga, somaram-se as de Sintra, Aveiro, Bragança, Faro, Guimarães, Coimbra, Ponta Delgada, Barcelos, Braga, Santarém, São João da Madeira, Leiria, Vizela, Funchal, Viseu e, pela primeira vez, Covilhã, Caldas da Rainha, Esposende, Setúbal, Famalicão. É um arco-íris que atravessa o país, com manifestações que são, em algumas localidades, as maiores desde o “Que se Lixe a Troika”, que em 2013 mobilizou quarenta cidades contra a austeridade. As marchas LGBTQ+ são hoje ainda mais marcadas pela presença juvenil e não irrompem como resposta a uma conjuntura particular, mas sim como um movimento permanente, que todos os anos cresce em participação e extensão territorial. Em todo o país, os ativistas do Bloco têm sido parte importante deste movimento, apoiando a convocatória, a organização e a solidariedade entre as marchas.

Para aprofundar um debate crítico que envolva ativistas e contribua para reforçar o movimento, a Mesa Nacional convoca o Fórum Nacional de ativistas LGBTQ+ do Bloco de Esquerda, a realizar em fevereiro de 2023, na cidade do Porto. Em dezembro e janeiro, o Bloco de Esquerda promoverá, em todo o território, iniciativas que construam um caminho de participação neste debate.